

O Movimento Na Luta, PT! (NLPT) *

Antonio Ozaí da Silva **

O *NLPT* tornou-se oficialmente público com o lançamento de um manifesto à militância petista, assinado por lideranças expressivas de diversas Tendências.¹ Representativo de um arco de forças políticas bastante fluído, esse manifesto adquire um caráter supra-tendências capaz de aglutinar vários setores e militantes descontentes com a direção majoritário e os rumos do partido naquele momento.

Seus objetivos eram: contribuir no debate interno para a renovação da direção partidária e para a reversão do curso político do partido no sentido da retomada do “perfil de Partido dos Trabalhadores” e da reafirmação do seu compromisso com os setores oprimidos e explorados e a negação do capitalismo. A tônica do manifesto era a volta do PT às suas origens.²

Estes setores avaliavam que faltava “uma estratégia política geral para enfrentar o governo Collor”; que, nas administrações petistas, em lugar da política democrática e popular, predominava as negociações e concessões; que a relação destas com os movimentos sociais era “tensa e divorciada”; que o partido, na sua atuação no movimento social, encontrava-se “dividido e desfigurado” e “imerso no eleitoralismo”; que as resoluções do 1º Congresso não foram suficientes para impedir este processo de “descaracterização”, frustrando as expectativas da militância.³

Eles consideravam que a principal tarefa era barrar este processo. Para isso, deveria haver a união de todos os petistas que compreendessem “a imperiosa necessidade” de construir o PT como um “instrumento da luta dos trabalhadores pela transformação da sociedade”.⁴

O manifesto defendia ainda a revisão da política de alianças. Afirmava a necessidade da defesa do socialismo⁵ e o combate para reverter a tendência à burocratização partidária,

* Os artigos que compõem esta série são versões adaptadas da dissertação de Mestrado, *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em 1998, sob a orientação de **Maurício Tragtenberg**. A banca foi composta, além do orientador, pelos professores **Isabel Maria Loureiro** e **Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida**. A dissertação não foi publicada em versão impressa e a iniciativa que ora adotamos visa disponibilizá-la aos militantes do movimento social, estudiosos do tema e demais interessados – afinal, a pesquisa foi financiada por dinheiro público, através de bolsa de estudo do CNPq. Aqui trataremos das organizações marxistas não vinculadas à tradição trotskistas. Os textos relativos a estas foram publicados nas primeiras edições da **REA**. Ver: [O PT e os marxismos da tradição trotskista: introdução](#); [O Trabalho \(OT\) - Corrente Interna do Partido dos Trabalhadores](#); [A Democracia Socialista \(DS\)](#); [As origens e ideologia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado \(PSTU\)](#); [A Causa Operária](#); [A Tendência Pelo Partido Operário Revolucionário](#).

** Docente na Universidade Estadual de Maringá (UEM), Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).

¹ Assinam o manifesto: Artur Scavone (DN-PT e dirigente da *TM*), Bruno Maranhão DN-PT e da coordenação nacional da *BS*), Florestan Fernandes (deputado federal), Hélio Bicudo (deputado federal), Jorge Almeida (Executiva Nacional do *PT* e da coordenação nacional da *FS*), Luiz Eduardo Greenhalgh (DN-PT), Ronald Rocha (DN-PT e coordenador nacional da *TM*) e outros.

² Na Luta, *PT*. São Paulo, 02 de abril de 1992.

³ Id.

⁴ Id.

⁵ “Sem vacilações. Sem medo. Sem o silêncio oportunista de não querer remar contra a maré dos noticiários da imprensa burguesa”, afirma o manifesto. Ib.

combatendo o fraccionismo, tanto aquele promovido por personalidades públicas, como pelos grupos, Tendências e a própria direção.⁶

Após a divulgação deste manifesto ocorreram várias mudanças no quadro partidário: o adiamento do 8º EN e a conseqüente auto-prorrogação do mandato da direção nacional; a expulsão da *Convergência Socialista*; e, a adoção, pela Executiva Nacional, de uma política de enfrentamento do governo Collor – que o NLPT considerou insuficiente; também discordou da maneira como o DN tratou o caso da CS, reduzindo-o a uma questão meramente disciplinar.

O adiamento do Encontro Nacional frustrou as expectativas de renovação da direção partidária e de mudanças na linha política. NLPT intensificou sua atuação e a crítica à direção majoritária transformando-se num espaço de aglutinação e articulação da militância descontente com a situação.

Este processo foi facilitado pelo caráter de fórum aberto à participação de todos que quisessem lutar pelo resgate das origens petistas. NLPT não se apresentou como uma nova tendência. Seu funcionamento se deu de forma flexível, cuja unidade era garantida pela discussão e publicação comum de documentos internos e pela existência de uma coordenação provisória.

NLPT defendeu o *Fora Collor!* Após o impeachment, exigiu que a direção petista abandonasse a tese da governabilidade e declarasse, sem subterfúgios, a oposição a Itamar. Em sua avaliação, este governo representava a continuidade da política neoliberal de Collor, sob nova roupagem.

Dessa forma, NLPT louvou a decisão do DN em declarar a oposição a Itamar. A vitória desta política representava, em sua avaliação, “o esforço para preservar a independência do partido ameaçada pela posição ambígua de sua Executiva, para não falar de alguns pronunciamentos adesistas”. Para o NLPT, essa mudança abria um novo momento na vida do partido, que favorecia a possibilidade de construir uma direção partidária sintonizada com a maioria real da base partidária.⁷

Em janeiro de 1993, em São Paulo, o NLPT realizou o Seminário Nacional *PT, ano 13: Para onde vamos?* Neste, debateu a conjuntura nacional, o programa democrático e popular, a organização do PT e do próprio NLPT. Ao final do evento, os cerca de 300 militantes oriundos de 15 estados da federação, aprovaram, por unanimidade, a *Carta de São Paulo*. Esse documento confirmou o diagnóstico anterior sobre a situação do partido: crise de identidade, priorização do institucional, aprofundamento do distanciamento entre o partido e os movimentos sociais, prevalência dos projetos pessoais e carreiristas.

Para NLPT, esses fatores afastavam “a possibilidade real e efetiva de transformações democráticas-populares”. Segundo o NLPT, a persistência A dessa situação poderia transformar o PT num partido “semelhante aos partidos burgueses”. Para superar essa realidade e evitar a evolução negativa do Partido, NLPT considerou premente que o PT reafirmasse sua postura oposicionista; que retomasse sua construção como alternativa de governo, como “partido dirigente e não de mera interlocução social”; que implantasse

⁶ Ib.

⁷ Coordenação Nacional do Movimento Na Luta, PT! *Na Luta, PT!: O PT na oposição ao governo Itamar*. São Paulo, 13 de novembro de 1992.

medidas de democratização da sua estrutura partidária; enfim, que rompesse com a prática política predominante.⁸

NLPT reafirmou sua estrutura de funcionamento aberta e flexível, sem exclusivismos e exclusões: “Temos que superar nossa própria intolerância e sectarismo”, assumiu. Contudo, propôs-se a ampliar sua presença e atuação. Seu objetivo era unificar a militância crítica à política dominante para mudar a correlação de forças e impor uma nova hegemonia PT.⁹

Este seminário aprovou uma moção contra as privatizações em curso e o envio de uma delegação ampla ao ato internacional a ser realizado em Paris, em julho.

A atuação do *NLPT* favoreceu a reaglutinação da militância dispersa. Por outro lado, impulsionou setores do partido a repensarem sua práxis política, sob pena de perderem quadros e apoio nas bases. Da mesma forma, sua existência beneficiou o esforço para uma recomposição à esquerda no espectro petista. Sua estrutura orgânica foi propícia à unidade em torno das questões principais e das manifestações críticas – limitadas, naturalmente, pela heterogeneidade da sua composição.

O acirramento da crítica à direção política hegemônica e a defesa intransigente de propostas consideradas como radicais por setores internos e externos ao PT – que lhe valeu o epíteto de extrema- esquerda – tornou-o o interlocutor preferencial para as organizações que encaminharam a proposta de construção da *Frente Revolucionária (FR)* – particularmente a *CS*.

A partir da análise comum sobre a crise vivida pelo PT, o *NLPT* e essas organizações divergiam em relação às alternativas e quanto às suas conseqüências.¹⁰ O *NLPT* acreditava sinceramente na perspectiva do PT retomar seu caráter original. Portanto, era da opinião que a militância revolucionária deveria continuar no PT e lutar para construí-lo como partido estratégico e dirigente.

O período que antecedeu o 8º *EN* foi decisivo. As forças que compõem o *NLPT* reconhecem que o partido foi impactado pelos acontecimentos no Leste Europeu e por seu crescimento eleitoral. O PT estaria numa encruzilhada histórica: entre a integração e capitulação definitiva à ordem burguesa e o aprofundamento do seu perfil revolucionário. Imaginam, no entanto, que a militância à esquerda pode impulsioná-lo na direção da retomada do seu rumo revolucionário; vêem com otimismo a possibilidade de se confirmar uma nova hegemonia política no encontro que se aproximava.

Para *OT*, a base petista demonstrava uma vitalidade inédita, infringindo derrotas sucessivas ao grupo dirigente. Embora reconhecesse que permaneciam vários dos elementos criticados no PT quando do lançamento do *NLPT*, essa Tendência observou a ocorrência de mudanças positivas na política interna petista: o questionamento dos militantes e as divisões na cúpula dirigente. Esta realidade expressaria a negação às teses da *CS* sobre o PT. O projeto da *FR* representaria uma “tentativa de auto-proclamação de partido

⁸ Movimento Na Luta, PT! *Carta de São Paulo*. São Paulo, 24 de janeiro de 1993.

⁹ Coordenação Nacional do Movimento Na Luta, PT! *PT, ano 13: Para onde vamos?* São Paulo, 23 e 24 de janeiro de 1993. A estrutura orgânica do *NLPT* se espelha no processo de formação do *PT*, isto é, busca reproduzir os elementos essenciais da sua fundação e resgatar suas origens.

¹⁰ A fala de Greenhalgh sintetiza as divergências quanto ao futuro do *PT*: “É muito fácil hoje, vir com essa conversa mole de que o *PT* abortou as suas tarefas históricas na conjuntura brasileira. Não é verdade. O difícil é você ficar convivendo com essas diferenças de opinião. (...) O povo não entende que você seja revolucionário e esteja fora do *PT*”. Entrevista com Luiz Eduardo Greenhalgh. **Brasil Revolucionário**, nº 12, abril/junho de 1993, p. 03.

revolucionário à margem do movimento real e da radicalização da classe operária identificada com o PT”.¹¹

A tendência *BS* corrobora esta crítica e recomenda aos

“companheiros da frente que aguardam o desfecho do 8º Encontro Nacional do PT na expectativa de uma vitória da orientação que conduziria o partido na trilha da conciliação de classes e da submissão à ordem burguesa, alimentando a perspectiva de uma desfiliação em massa da militância petista” que “não alimentem esta ilusão”.¹²

A *FS* tinha a mesma avaliação. Numa perspectiva otimista, concluiu que os resultados do 8º EN representaram uma “significativa derrota de segmentos ultra-esquerdistas do movimento operário e popular, representados principalmente pelo PSTU”. Estas forças políticas não teriam compreendido o “significado histórico do PT”, sua “natureza estratégica para os trabalhadores” e, assim, desdenharam da sua vitalidade e da sua militância. Para a *FS*, esses setores – que “objetivamente” teriam feito uma “parceria tática com os refundacionistas” – passarão por uma “redução ainda maior da sua audiência no meio popular”.¹³

A relação entre as forças que compõem o *NLPT* e aquelas que formariam o *PSTU* – especialmente a *CS* – é contraditória. A *CS* foi uma das fundadoras do *NLPT* e teve neste um dos seus principais defensores contra a sua expulsão. Este fator explicita a existência de posições e análises convergentes não apenas em relação ao PT, mas também na intervenção no movimento social. Por outro lado, a opção da *CS* pela formação de um novo partido aprofundou as divergências existentes já na fase de articulação do *NLPT*.

A *CS*, por exemplo, saudou a realização do seminário do *NLPT*, no início de 1993, considerando sua “recomposição” como positiva. Porém, criticou suas decisões pelas “generalidades” e “ausência de propostas concretas” que desafiassem “a hegemonia do grupo dirigente do PT”. Para a *CS*, o *NLPT* era uma “resistência impotente” diante do crescimento do “controle da direita sobre o PT”. Considera ainda que o documento lançado nesse seminário é um retrocesso.¹⁴

A *CS* também destoou da avaliação do *NLPT* sobre o 8º EN do PT. Ainda que reconhecesse uma mudança na correlação de forças internas, a *CS* conclui que este encontro além de não superar a crise petista, colocou dilemas cruciais: 1) saber se Lula acatará a disciplina e se submeterá à direção em que seu “núcleo de confiança” encontra-se em minoria; 2) saber se as correntes da esquerda petista “vão querer ou não, dirigir enfim o PT algum dia”.¹⁵

Para a *CS*, a esquerda petista, em particular *NLPT*, teria hesitado e vacilado em questões como a oposição à coligação com o PSDB, a ausência de ousadia na disputa da presidência do PT (por não apresentar candidatura própria). Nessa análise, isto representou uma *anistia* ao papel que Lula, Mercadante e Genoino desempenharam no período. A despeito das

¹¹ “Convergência racha Frente”. **O Trabalho**, nº 335, 07.04 a 05.05.1993, pp. 04-05.

¹² “Editorial: A encruzilhada do PT”. **Brasil Revolucionário**, nº 12, abril/junho de 1993, p. 01.

¹³ Coordenação Nacional da Força Socialista – Tendência Interna do PT. *Resoluções do V Encontro Nacional da Força Socialista*, 1993, p. 20.

¹⁴ “Uma resistência impotente”. **Convergência Socialista**, nº 356, 04 a 10.02.1993, p. 07.

¹⁵ Fernando Silva. “8º Encontro Nacional não resolve crise do PT”. **Convergência Socialista**, nº 372, 17 a 23.06.1993, pp. 06-07.

críticas, a CS fez um chamamento à união da esquerda contra Itamar e Fernando Henrique, reconhecendo o peso e a importância que o PT tem no cenário nacional.¹⁶

De fato, no 8º EN o NLPT defendeu a união da esquerda petista numa ampla chapa – numa tentativa de reeditar o Encontro Estadual de São Paulo – mas, na questão da presidência do partido, considerou que Lula era o único capaz de unificá-lo. Quanto à política de alianças, admitiu a composição com setores “democráticos e populares” do PSDB e do PDT, não pela “simples necessidade de somar votos” mas para “sustentar um programa de reformas radicais”.

Para o NLPT, o que demarcava essa alternativa da concepção social-reformista era a compreensão de que a luta por um governo deste tipo não se restringe aos estreitos limites institucionais, mas que seu sucesso depende da sua capacidade em estabelecer uma “contra-hegemonia” e de se materializar enquanto “alternativa de poder”.¹⁷

O 8º EN confirmou os prognósticos do NLPT: refletiu o fortalecimento da esquerda petista e a derrota da política da direção majoritária e hegemônica. Ainda que não tenham atingido o objetivo de unificar a esquerda, as forças que compuseram a chapa *Na Luta, PT!* tiveram, em seu conjunto e em comparação ao encontro anterior, um crescimento considerável: a representação no DN passou de oito para 15 membros; na Executiva Nacional, pulou de dois para quatro.

Indubitavelmente, sua influência nas discussões do 8º EN foi qualitativamente superior em relação ao 1º Congresso – quando suas forças dividiam-se entre a tese 10 e a aliança OT/CS. Sua atuação impeliu à aproximação das correntes que formalizaram a *Opção de Esquerda*, tensionando-a em relação à *Unidade na Luta*.

Sua influência não foi suficiente para a aprovação de algumas emendas polêmicas à tese-guia. Foi o caso da recusa à participação do PT na *Internacional Socialista* (derrotada sob o argumento de que o PT deveria manter relações internacionais pluralistas). Foram recusadas outras emendas como: a crítica às câmaras setoriais (questão ausente do texto-base); que o PT assumisse a proposta de antecipação das eleições presidenciais.

Em novembro, o NLPT realizou, em São Paulo, seu II Seminário Nacional. Estiveram presentes 140 militantes de 14 Estados. Valter Pomar (da coordenação do HV-AE) participou do debate sobre a conjuntura. A discussão sobre o movimento sindical teve a participação de Waldemar Rossi (Secretário sindical do PT/SP) e Kjeld Jacobsen (da Executiva Nacional da CUT e da ART Sindical). Este seminário contou ainda com a participação de Jacob Gorender.

Na questão sindical, não houve acordo sobre as câmaras setoriais e o encontro levantou a necessidade do NLPT aprofundar o tema e unificar sua intervenção. No aspecto organizativo, NLPT decidiu ampliar seu Fórum Nacional, incorporando os membros eleitos ao DN e militantes de grupos regionais. Analisando a situação internacional, NLPT reafirmou o caráter socialista e antiimperialista e se posicionou favoravelmente à participação nos fóruns e reuniões internacionais do seu interesse.

O NLPT constatou o crescente desgaste das instituições e das elites nacionais e decidiu pelo boicote à revisão constitucional e pela antecipação das eleições. Ainda neste ponto,

¹⁶ Id.

¹⁷ Movimento na Luta, PT! *Alternativa Democrática Popular*. São Paulo, abril de 1993. Essa concepção difere tanto do programa socialista adotado pela CS quanto da ênfase social-democrata ou eleitoral que setores do PT conferem ao mesmo. Por outro lado, aproxima-se de outras forças da esquerda petista (DS, AE etc.).

alertou para o equívoco da diluição e vacilações diante dos pontos básicos e essenciais do programa de governo: a suspensão do pagamento da dívida externa; o rompimento com o FMI; a taxação das grandes fortunas; a reforma agrária sob controle dos trabalhadores; os conselhos populares etc.

A defesa dessas propostas, na avaliação do *NLPT*, exigia uma atuação mais intensa junto aos movimentos sociais, condição imprescindível para a garantia da governabilidade e da sustentação do projeto democrático e popular. “Não podemos nutrir a ilusão do “já ganhou”. Nem nos acomodar à espera do dia das eleições”, salientou.¹⁸

Num balanço de sua atuação, baseado na contribuição apresentada por Bruno Maranhão, apontou o papel positivo que teve para a virada política do PT no 8º EN. Ao mesmo tempo, enumerou as debilidades presentes nesta trajetória: a predominância do espírito de “federação de Tendências”; o funcionamento aquém das expectativas da “Comissão de Ampliação”; a necessidade de superar todo e qualquer preconceito quanto ao passado das Tendências ou dos militantes individuais.¹⁹

As medidas adotadas para superar estas limitações foram: manutenção das comissões de ampliação nos Estados, de caráter aberto e com a garantia do debate a todos os interessados; manter a sensibilidade e o esforço para a superação dos problemas de relacionamentos; iniciativas de diálogo com as correntes internas, com a constituição de um mecanismo formal e permanente de debates envolvendo o *HV*, *DS*, *VS*, o Fórum do Interior e grupos regionais e independentes.

A evolução do partido até a realização do 9º EN colocou em risco os avanços observados no encontro anterior. Na opinião de *NLPT*, crescera no PT “uma operação desmonte” do que foi aprovado no 8º EN, cujo objetivo seria o rebaixamento do programa nas suas questões fundamentais.²⁰ *NLPT* reafirmou a estratégia da alternativa democrática e popular e propôs o aprofundamento do curso político iniciado no 8º EN.

NLPT defendeu a formação de *Comitês Populares pró-Lula*, com a realização de plenárias populares e de um *Encontro Nacional Lula Presidente*. Essas propostas objetivavam “criar as bases para forjar a força social de mudança, expressa no governo democrático-popular”.²¹

O *NLPT* não é a soma de diversas Tendências: pressupõe um determinado nível de unidade política, a existência de preocupações e objetivos comuns. *NLPT* não se constituiu organicamente enquanto uma tendência resultante da fusão das suas forças políticas constitutivas – as quais mantiveram sua autonomia, sua organização própria e seus fóruns de decisão. *NLPT* assumiu a forma de um bloco político, um fórum que amalgamava as preocupações e anseios de uma parte do PT.

¹⁸ Movimento Na Luta, *PT! II Seminário Nacional*. São Paulo, 01 e 02 de novembro de 1993. Em março, numa *Carta aos encontros do partido*, reafirmaria que: “Ganhar as eleições, impulsionar as mudanças estruturais e garantir a governabilidade são momentos articulados de um mesmo processo, cuja concretização depende de um poderoso movimento social, capaz de sustentar o enfrentamento com os interesses conservadores em todas as frentes de luta política”. (Ver: Na Luta, *PT! Carta aos encontros do partido*. São Paulo, março de 1994, 03 págs.).

¹⁹ Id.

²⁰ Na Luta, *PT! Carta aos Encontros do Partido*. São Paulo, março de 1994, 03 págs.

²¹ Id. Foi com estas posições que os representantes do *NLPT*, Luiz Eduardo Greenhalgh e Markus Sokol, participaram da comissão formada para elaborar um projeto de programa de governo e da Coordenação Nacional da campanha de Lula.

Enquanto tal, *NLPT* manteve a heterogeneidade inerente a este tipo de formação política: havia diferenciações políticas – e mesmo expectativas divergentes quanto à sua evolução – fruto de experiências e trajetórias específicas. O *NLPT* é uma unidade na diversidade. Enquanto tal, sua existência pressupõe a busca constante do acordo político e um grau de organicidade mínimo entre seus componentes.

Em várias questões, *NLPT* não agiu como bloco. No 9º EN, a posição em relação à dívida externa foi mantida, mas com muita disputa. Tragado pelo clima da campanha eleitoral de 1994, também teve dificuldades em estabelecer uma política comum, surgindo divergências sobre a posição quanto ao *Plano Real*.²²

As diferenças acentuaram-se no período pós-eleitoral. No primeiro semestre de 1995, passou-se a discutir se ainda era viável manter *NLPT*. Setores em seu interior, como a *FS*, apontavam para o seu esgotamento; outros, como *OT*, defendiam a sua continuidade. Os setores favoráveis a esta posição argumentaram que a conjuntura, marcada pela crescente descaracterização do PT, resultante do avanço das forças políticas como a *DR* e *Unidade na Luta*, justificava a necessidade de *NLPT*.

A Plenária Nacional, realizada em maio, decidiu manter *NLPT*. Esta plenária foi precedida de um Seminário Nacional, ocorrido, em março, e por diversas plenárias regionais. Porém, no encontro do PT paulistano, o *NLPT* dividiu-se em duas chapas: uma formada por *OT* e outros coletivos (com 7% dos votos); e, outra constituída pela *FS* e a *Plenária Socialista*²³ (que obteve 9% dos votos). A divisão se deu em torno das propostas da corrente *OT*, que passou a defender a convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

Após o racha em São Paulo, abriu-se uma crise na Coordenação Nacional do *NLPT*. As previsões da exaustão do *NLPT* se confirmariam. A evolução diferenciada das suas forças políticas explica este desfecho.

Conclusão

“Talvez haja algo de terrível neste processo, quando procuramos a verdade... É que descobrimos que é possível construí-la sem que jamais a possuamos. Eis outro elemento da tempestade que chamamos de homem”.²⁴

Tomamos as palavras finais do *Manifesto por uma Nova Esquerda* porque elas ilustram a dimensão das transformações das forças políticas analisadas. A *tempestade* é o momento em que os homens e mulheres que dão vida aos coletivos abstratos, aqui denominados como *Tendências* passam a duvidar de suas próprias certezas, construídas, em muitos casos, por anos de dedicação a uma causa. As resoluções, teorias, manifestos apenas expressam o pulsar desses entes.

Nesse esforço de romper as amarras e libertar-se dos fantasmas que oprimem suas consciências, estes homens e mulheres desencadeiam elementos incontroláveis e produzem novas tempestades e, assim, concordemos ou não com eles e elas, desafiam nossas verdades. Porém, também são impelidos a construir novas verdades que possam justificar seus novos valores e, principalmente, sua prática política.

²² Na avaliação de Sokol, isto se expressou na questão do apoio à tese da moeda forte aliada à adoção de uma política salarial compensatória. *NLPT* embarcara na canoa da *Articulação Unidade e Luta*. (Entrevista ao autor, 06.10.1995).

²³ Coletivo constituído pelo deputado Luiz Eduardo Greenhalgh e militantes egressos da VS, como Aldo Leite.

²⁴ Comissão Organizadora do 1º Encontro Nacional. *Manifesto Por uma Nova Esquerda*, op. cit.

Referimo-nos ao *PRC*. Esta organização política incorpora de forma intensa os dilemas e as questões enfrentados pelo conjunto da esquerda marxista. Sua transformação em Tendência petista completa um ciclo iniciado com a ruptura com o *PC do B* e inicia outro: entre a negação e a afirmação do marxismo e do leninismo. A superação deste ciclo foi mais traumática: esgarçou-se não apenas o tecido social, mas os próprios fundamentos teóricos que sustentavam o coletivo.

Força Socialista e Brasil Socialista seguem caminhos semelhantes. Ambas vinculadas à tradição marxista-leninista foram confrontados com uma nova realidade a partir do momento que aceitaram o desafio de construir o PT. Mas, nesse caso, o acerto de contas com o passado não atingiu a radicalidade que observamos na evolução dos que formaram a *Nova Esquerda*. Como a *Tendência Marxista*, estas Tendências permanecem vinculadas ao marxismo e, em graus diferenciados, ao leninismo. Aqui, devemos observar os elementos críticos à concepção leninista de partido. Neste aspecto, estas Tendências incorporam contribuições teóricas de marxistas como Antônio Gramsci e Rosa Luxemburgo.

A *Vertente Socialista* amalgamou experiências políticas já em rota de colisão com a ortodoxia marxista-leninista. Mesmo assim, incorporou muitos dos valores e concepções dessa tradição – foi o que denominamos de *pecado ortodoxo*. Contudo, esse fator foi relativizado pela composição de sua base social – com enorme presença de pessoas cuja experiência política vinculava-se às pastorais da igreja, comunidades de base e movimentos populares em geral. Este elemento determina outra particularidade da *VS*: o fato dela ter sido uma espécie de receptáculo dos setores críticos e descontentes com a *Articulação*.

À *VS* coube o mérito de romper com a política bipolar no interior do PT. Retomamos esta questão porque, a nosso ver, ela constitui um dos fatores da dinâmica que determinou desenlaces como o do *PRC*. A pressão pela adaptação à regulamentação de tendências foi o primeiro muro que as forças políticas como o *PRC* tiveram que derrubar. A própria atitude da *Articulação* em se assumir formalmente como Tendência corresponde e fortalece essa dinâmica.

A evolução eleitoral do PT é outro fator desse processo. Não podemos descartar a influência do exercício de mandatos parlamentares ou o envolvimento na administração das prefeituras. Esse não é um problema de uma Tendência em particular. Mesmo os mais revolucionários tendem a perder o ímpeto e *aprendem* a ser mais *realistas*. Logo, o *realismo* transforma-se num imperativo para a atuação política, em sinônimo de responsabilidade e modernidade.

O fator internacional completa este quadro. É interessante notar que a radicalização nas análises sobre o Leste Europeu é proporcional à moderação da prática política: quanto mais crítico mais moderno; quanto mais moderno, mais *realista*; quanto mais *realismo*, maior a propensão à flexibilizar as alianças políticas, a atuar de forma *propositiva*, a ser cordato.

Aludimos sobre o papel que cumpriu as teorias forjadas nesse processo de crítica a tudo que cheire a marxismo, estimulado pelos ventos do Leste. A experiência do PPB confirma-o.

Na Luta, PT! remou contra a corrente. Quis fazer com que o “anjo da história” percebesse que o passado, afinal, não é tão medonho. Quis voltar às origens e extrair os remédios contra os males que afligiam o presente. Operação difícil de compatibilizar com sua característica de bloco político que mesclava tradições tão díspares. De qualquer forma, cumpriu um papel de fundamental importância como fator aglutinador das Tendências e

coletivos que, a seu modo e a despeito de tudo e de todos, ainda ousam defender o marxismo. As respostas divergentes aos problemas colocados pela evolução da conjuntura e as dificuldades de funcionamento próprias de uma estrutura descentralizada são fatores que explicam seu esgotamento.